



## ARTIGOS LIVRES

### **A tradição política do trabalhismo e a questão agrária: os governos de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963) e no Rio de Janeiro (1983-1987)**

### **The political tradition of laborism and the agrarian question: the governors of Leonel Brizola in Rio Grande do Sul (1959-1963) and in Rio de Janeiro (1983-1987)**

**Roberto Medeiros da Costa Júnior** ([robertomedeiros@edu.unirio.br](mailto:robertomedeiros@edu.unirio.br))  
Mestre em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

#### **Resumo:**

A tradição política do trabalhismo esteve interligada à questão agrária da história do Brasil e aos movimentos sociais do campo em diferentes períodos de sua trajetória. No Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os ideais se expressavam no vínculo da agricultura com a industrialização e com os projetos de colonização, e, em um segundo momento, no Partido Democrático Trabalhista (PDT), identificamos reivindicações pela Reforma Agrária, descrita na Carta de Lisboa, documento de sua fundação em Portugal no ano de 1979. Filiado ao PTB, em agosto de 1945, e um dos fundadores do PDT, Leonel Brizola é uma das lideranças do trabalhismo que perpassou por esses dois momentos. Para realizarmos esta investigação, nos apoiamos em sua representação política com o objetivo de analisar a política agrária de Brizola em dois tempos de sua carreira político-partidária pelo PTB, como governador do Rio Grande do Sul (1959-1963), e no PDT, em seu primeiro mandato como governador do Rio de Janeiro (1983-1987). A partir desta análise, buscaremos comparar seus métodos de atuação e compreender como o trabalhismo brasileiro, representado através de ambos os partidos, se relacionou nestes tempos, por meio desta liderança, com a questão agrária e com os movimentos sociais do campo.

**Palavras-chave:** Brizolismo; Leonel Brizola; Partido Democrático Trabalhista; Partido Trabalhista Brasileiro; Questão Agrária; Trabalhismo.

#### **Abstract:**

The political tradition of laborism was intertwined with the agrarian issue in the history of Brazil and the rural social movements in different periods of its history. In the Brazilian Labor Party (PTB), the ideals were expressed in the link between agriculture and industrialization and colonization projects, and in a second moment in the Democratic Labor Party (PDT), we

identified demands for agrarian reform, described in the Letter of Lisbon, document of its foundation in Portugal in 1979. Affiliated to the PTB in August 1945 and one of the founders of the PDT, Leonel Brizola is one of the leaders of the labor movement that permeated these two moments. To carry out this investigation, we relied on his political representation with the objective of analyzing Brizola's agrarian policy in two stages of his political-party career, for the PTB as governor of Rio Grande do Sul (1959-1963), and in the PDT, in his first term as governor of Rio de Janeiro (1983-1987). From this analysis, we will seek to compare their methods of action and understand how Brazilian labor, represented both through the PTB and the PDT, was related in these times, through this leadership, with the agrarian question and with the social movements of the countryside.

**Keywords:** Brizolism; Leonel Brizola; Brazilian Labor Party; Democratic Labor Party; Agrarian Question; Labor Movement.

## Introdução

Este trabalho se dá como forma de discussão e pesquisa comparada em relação à trajetória da tradição política do trabalhismo e seu vínculo com a questão agrária. A investigação incorre em uma análise da política agrária trabalhista distribuída durante dois períodos da História do Brasil, no Rio Grande do Sul entre 1959-1963, e no Rio de Janeiro dos anos 1983-1987, e personificada na figura de Leonel Brizola como governador desses estados.

Inicialmente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e, em um segundo momento, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sua política desenvolvida implementou desapropriações de terra, e criou novos instrumentos e mecanismos com possibilidades de redistribuir democraticamente a propriedade da terra, como é o caso do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), da Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e dos Assentamentos Humanos e Projetos Especiais (SEAF). Buscando autonomizar o aparato fundiário e praticar projetos de assentamentos, estes governos se relacionaram de forma próxima aos movimentos do campo, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Rio de Janeiro.

Com o legado varguista como base em sua fundação, o PTB, durante o segundo mandato de Getúlio Vargas<sup>1</sup>, entre 1951 e 1954, imprimiu o discurso oficial para uma política de

---

<sup>1</sup> Presidente do Brasil entre os períodos de 1930-1945 e 1951-1954.

colonização, vinculando-a à uma possível reforma, mantendo em seu regimento partidário o Departamento de Sindicalização Rural e criando projetos que determinavam a extensão de direitos que ainda não eram garantidos aos rurais na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O historiador Vanderlei Ribeiro detalha em sua tese de doutorado a extensão desses direitos a partir de

Uma carteira agrícola especial, fornecida pela representação local daquele ministério, alterações na legislação sindical para facilitar a organização dos trabalhadores, incluindo-se aqui um imposto sindical, sendo que parte do mesmo serviria para incluir trabalhadores em projetos de alfabetização e aperfeiçoamento técnico. Determinava também a proteção à mulher grávida, concedendo-lhe seis semanas de licença antes e seis semanas depois do parto (Ribeiro, 2006, p. 52).

Por outro lado, observamos que a ligação entre o PDT e a questão agrária é estreita. O partido demonstra vínculo explícito com o tema na Carta de Lisboa de 17 de junho de 1979, documento de sua fundação, o qual se propõe a realizar

Especialmente uma reforma agrária que dê a terra a quem nela trabalha, em milhões de glebas de vinte a cem hectares, em lugar de entregá-las em províncias de meio, de um e até de mais de dois milhões de hectares na forma de super-latifundiários, subsidiados com recursos públicos (Ribeiro, 2017, p. 1).

11

Para os limites deste trabalho, mesmo que diante de dimensões temporais diferentes entre o PTB e o PDT, compreendemos os partidos políticos como parte de um todo, pois representam um grupo, se apresentando como um canal de expressão que pertence a uma representação e exprime suas demandas apoiadas por pressões (Sartori, 1976, p. 47). A necessidade da comparação neste estudo se introduz como uma oportunidade singular para repensar a história e seus limites, dentro de uma tradição política que percorreu o século XX e perdura no XXI. Utilizaremos esta metodologia da História Comparada, nos baseando na

Escolha de um recorte geminado de espaço e tempo que obrigará o historiador a atravessar duas ou mais realidades socioeconômicas, políticas ou culturais distintas, como de outro lado esta mesma História Comparada parece imprimir, através do seu próprio modo de observar a realidade histórica, a necessidade a cada instante atualizada de conciliar uma reflexão simultaneamente atenta às semelhanças e às diferenças, repensando as metodologias associáveis a esta prática (Barros, 2007, p. 2).

Urge a comparação destes tempos recortados, vide as possíveis aproximações através das experiências semelhantes não somente no campo, mas também através das realizações em administrações trabalhistas e suas diferenças analisadas. Como no Rio Grande do Sul, seja na

ampliação das oportunidades de acesso à educação pública, com a criação das “Brizoletas”<sup>2</sup> por todo o estado, seja com a defesa da autonomia do estado e seus interesses contra as empresas multinacionais, deu-se a realização de encampações contra a *International Telephone & Telegraph Corporation - IT&T* e *Bond & Share*., se aprofundando nas questões do campo a partir das relações com o MASTER (Eckert, 1984, p. 233-234), caracterizada esta, por Silva (2015)<sup>3</sup>, como a última revolução.

Isso ocorrera, também, no mandato do Rio de Janeiro, pela educação, com a construção dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), carinhosamente chamado de “Brizolões”<sup>4</sup>; pelas políticas de segurança, com o projeto de polícia democrática; e no agrário, com a criação de políticas agrárias e aprofundamento da relação do estado com os movimentos rurais e urbanos que reivindicavam exigências por meio de ocupações e marchas (Ferreira; Freire, 2016). Na construção destas ideias trabalhistas, os diretórios partidários do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, eram vistos como centrais para a implementação de um projeto de política nacional a partir destes, nos quais

Vê-se, com efeito, um patrimônio político e cultural construído e disseminado também pelas experiências das classes populares – particularmente nas cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre – no curso de algumas décadas, e em conjunturas políticas distintas, que, sem lugar à dúvida, criaram condições propícias, a posteriori, à formação e ao peso político-eleitoral do PTB (Silva, 2011, p. 178).

O nosso objetivo neste texto é analisar, por meio desta comparação entre os governos do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, como o trabalhismo imprimiu sua política agrária em tempos distintos. Em um primeiro momento do texto discutimos a fundação do PTB após o final

---

<sup>2</sup> Brizola em seu projeto educacional tinha como meta principal nenhuma criança fora da escola e campanha pela alfabetização, e nesta linha houve a criação das “Brizoletas”. Diferentemente do modelo tradicional onde a docência era dirigida sem um preparo específico do professor, com autoritarismo por meio até de castigos com joelhos sob grãos e batidas nas mãos com régua, subordinado às forças políticas e religiosas locais, as “Brizoletas” substituíram os velhos prédios de escolas, com uma recém-formada normalista como professora, em uma mudança na função educativa e sentido social da escola (Frigotto, 2023, p. 115).

<sup>3</sup> Intitulado de A Última Revolução por Silva em sua tese, o autor elabora a perspectiva sobre o conjunto do Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, de 1959 a 1963, como uma etapa do lento processo da “revolução burguesa” no Brasil. Nos dois primeiros anos, Silva caracteriza o governo Brizola em um modelo nacional-desenvolvimentista-reformador que se transformaria após os desdobramentos do episódio da Campanha da Legalidade, ocorrido entre agosto e setembro de 1961. Após esse episódio, suas ações e discurso se radicalizaram e em um nível de projeto nacional-desenvolvimentismo-popular- revolucionário, com bases teóricas nacionais que seriam experimentadas e instrumentalizadas (Silva, 2015, p. 181).

<sup>4</sup> Popularmente apelidados de “Brizolões” os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), foram um projeto educacional de autoria do antropólogo Darcy Ribeiro, onde buscava proporcionar uma educação voltada para a formação do aluno em todas as áreas e dimensões, diferentemente da redução somente ao ensino de classes do currículo regular. Neste espaço de educação, saúde, lazer e cultura, o horário das aulas estendia-se das 8 às 17 horas, onde se oferecia, além do currículo regular, atividades culturais, estudos dirigidos e aulas de educação física, além disto os CIEPs forneciam refeições completas aos seus estudantes, além de atendimento médico e odontológico.

do Estado Novo, para logo após darmos relevância à trajetória política de Leonel Brizola<sup>5</sup> e sua relação com o trabalhismo. Em um segundo momento, analisamos de forma comparativa a primeira metade dos governos, no Rio Grande do Sul entre 1959-1961 e Rio de Janeiro nos anos 1983-1985, período de criação de bases para a constituição do aparato institucional de uma “tentativa de reforma agrária”. Na terceira fase, abordaremos os anos finais destes respectivos governos, em 1962-1963 e 1986-1987, observando a formação de órgãos oficiais e políticas públicas implementadas, a partir do Instituto Gaúcho de Terras no Rio Grande do Sul (IGRA) e a Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) do Rio de Janeiro.

### **A ascensão de Leonel Brizola no trabalhismo petebista**

Uma nova conjuntura política brasileira se configurou após o fim do Estado Novo, iniciando o processo de redemocratização do Brasil a partir de 1945. Em 28 de fevereiro daquele ano, o presidente Getúlio Vargas restabeleceu as eleições diretas para a presidência, senadores e deputados por meio do Ato Adicional n.º 9. Eleições estas que não ocorriam desde que o Estado Novo havia sido instaurado no dia 10 de novembro de 1937, quando foi fechado o Poder Legislativo no Brasil, e houve o adiamento por tempo indeterminado das eleições presidenciais que se realizaram em 3 de janeiro de 1938.

Sobre o supracitado ano de 1945, no dia 18 de abril, foi concedida a anistia geral pelo governo à adversários políticos, e, em 28 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 7586<sup>6</sup>. Através de sua implementação, houve a regulamentação do novo Código Eleitoral e o estabelecimento dos requisitos para a fundação de partidos políticos, sendo obrigatório a formação de partidos políticos nacionais, que conduziram as eleições para o dia 2 de dezembro (Battistella, 2018, p.117).

Com as articulações para a construção de partidos sendo debatidas antes mesmo da promulgação da lei, percebeu-se este momento como a transição para um regime democrático, ocorrendo ao lado de distintas forças getulistas e antigetulistas, um processo de formação de

---

<sup>5</sup> Nascido em 22 de janeiro de 1922 em Cruzinha, no Rio Grande do Sul, fora alfabetizado pela mãe, com uma infância pobre, sendo ascensorista e engraxate. Em 1942 ingressou nas forças armadas, mais precisamente, na aeronáutica. Após serviço militar, terminou o colégio Julio de Castilho e ingressou na faculdade de engenharia em 1945.

<sup>6</sup> Conhecida como Lei Agamenon, em referência a Agamenon Magalhães, Ministro da Justiça nos anos de 1937 e 1945 e Governador de Pernambuco entre 1951 a 1955.

correntes diversas em três principais partidos políticos - para além do PCB fundado em 1922 -, os quais seriam: UDN o PSD e o PTB. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o militar Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), sairia vencedor com 55% dos votos, contra 34% do brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN).

Fundada em 7 de abril de 1945, a UDN se apresentava “como um movimento de ampla frente de oposição, reunião de antigos partidos estaduais e aliança política entre novos parceiros” (Benevides, p.9, 1980). E

[...] aglutinava desde setores oligárquicos até representantes da burguesia liberal urbana e elementos da esquerda não comunista – que ficariam conhecidos como Esquerda Democrática –, além de comunistas dissidentes da linha oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Battistella, p.118, 2013).

Em 17 de julho de 1945, seria fundado no cenário político brasileiro, no Rio de Janeiro, o Partido Social Democrático (PSD). Este partido reunia, em seus quadros, interventores do período do Estado Novo, segmentos da classe média urbana e, principalmente, representantes das oligarquias estaduais, como tentativa de centralizar as forças políticas tradicionais locais em uma estrutura partidária (Delgado, 2003, p. 138). No entanto, o PSD excluía, na prática, os segmentos que eram identificados como as bases fundamentais do regime: as camadas trabalhadoras. Estas estavam em disputa, principalmente, entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em uma busca por adesão popular na construção de legendas partidárias.

É neste momento que ocorreu a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 15 de maio de 1945, na reunião da Comitativa Executiva Nacional no Rio de Janeiro. O PTB teve inspiração no modelo trabalhista inglês com suas bases montadas a partir de lideranças sindicais e organismos previdenciários. Inspirado em Getúlio Vargas como sua maior liderança, seus objetivos programáticos se basearam na “defesa da legislação trabalhista e social da primeira Era Vargas; a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo, que, apesar de não uniforme, seria predominante no partido” (Delgado, 1989, p.78). Na história do país, o Getulismo atrelado a ideologia do trabalhismo, se consolidava como “uma das mais fortes tradições a integrar o que seria a cultura política brasileira” (Gomes, 2002, p.68).

Inicialmente o PTB construiu sua hegemonia a partir do diretório do Rio Grande do Sul, onde se centralizaram suas principais lideranças, as quais continham um peso no delineamento da

linha programática e nas ações do partido (Silva, 2011, p.191). Havia intensas disputas internas no PTB, composto por três correntes principais: os getulistas pragmáticos, os doutrinários trabalhistas e os pragmáticos reformistas (Delgado, 2001, p.177-178).

O primeiro grupo era composto por burocratas e sindicalistas ligados ao corporativismo oficial, que se baseavam no nacionalismo e intervencionismo estatal com representação ativa de trabalhadores sindicalizados por meio de clientelismo e fisiologismo. Os doutrinários, com ativa produção intelectual e enfoque educativo, eram liderados por Alberto Pasqualini, considerado um dos principais teóricos do trabalhismo, e visavam independência de projetos personalistas e do aparelho burocrático do Estado. Já a tendência do pragmatismo reformista era conduzida principalmente por Leonel Brizola e João Goulart, e nesta ala pode-se afirmar que se traduziu o casamento entre as proposições discursivas do trabalhismo doutrinário e uma prática que mesclava traços herdados do getulismo e do trabalhismo dos primeiros tempos. Com a fundação do PTB, um conjunto de jovens estudantes e trabalhadores como Fernando Ferrari, Leonel Brizola, Sereno Chaise e Wilson Vargas, criariam a Ala Moça, que garantiria as bases para a criação de uma organização juvenil, nacionalista e trabalhista dentro do partido (Gomes; Pinheiro, 2018, p. 161).

Com forte atuação no movimento estudantil, Leonel Brizola se tornara figura expressiva no cenário político do partido e da região, principalmente como uma das lideranças neste momento inicial de construção do partido. Simpatizante do presidente Getúlio Vargas, e por ter vivenciado o movimento queremista, Brizola ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em agosto de 1945, integrando e fundando o primeiro núcleo gaúcho do novo partido. O nascimento de Leonel Brizola para a política ocorreu de forma meteórica entre 1945-1964, período em que se estava avançando na construção da cidadania, com a realização de eleições periódicas, ininterruptas e não fraudulentas, coincidindo com a expansão do eleitorado e a efervescência do cenário político no campo.

No ano de 1947 Brizola foi eleito deputado estadual com 3.939 votos, principalmente por sua atuação no movimento estudantil e pelo papel que desempenhou na fundação do PTB em todo o estado. Na campanha eleitoral, Leonel teve como principal bandeira a denúncia e a busca por melhoria para uma realidade por ele também vivida: a de trabalhador estudante. E durante seu

mandato foi incisivo em defesa da juventude e dos estudantes, criticando a falta de políticas sociais para a juventude<sup>7</sup>.

Em 1950, foi reeleito deputado estadual com a maior votação para o cargo no estado até aquele momento, contabilizando 19.691 votos. Seus discursos e atuação podem ser divididos em duas fases: durante o ano de 1951, seus pronunciamentos abordam mais as questões referentes ao ambiente político do estado e tinham um horizonte certo, qual seja ele, as eleições municipais que se desenvolveriam em novembro do mesmo ano. Após a perda nas eleições, Brizola se envolveu mais diretamente nos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo governo, tanto em âmbito nacional quanto no estadual. Nos dois momentos, sua atuação inscreveu-se no objetivo de defender as ações do governo dos ataques dos partidos de oposição. Por fim, essa foi uma legislatura curta para Brizola, já que, logo em 1953, ele se despediu da Assembleia Legislativa e assumiu o cargo de Secretário de Obras Públicas (Fernandes, 2013, p. 93). Em 1954, foi eleito deputado federal pelo mesmo partido com o maior número de votos obtido até então por um postulante ao Congresso Nacional no Rio Grande do Sul. Em 1955 venceu a disputa contra Euclides Triches, candidato da Frente Democrática pela Prefeitura de Porto Alegre.

16

As ideias políticas de Leonel Brizola se baseavam no nacionalismo, no anti-imperialismo, na democracia e nas reformas que visavam ser implementadas, como a educacional, a econômica e a agrária (Ferreira, 2016, p.24). Quanto à questão agrária no período varguista, o principal projeto era vincular a agricultura à indústria, transformando os rurais em consumidores diretos, e fixando o homem ao solo por meio da implantação de legislações trabalhistas que o afastariam do temido perigo comunista (Ribeiro, 2006, p. 34-35).

Fiel ao trabalhismo, podemos dizer que esta corrente de pensamento é compreendida como uma ideologia e tradição política que, sendo um produto do Estado Novo em seu segundo movimento, difundiu-se consideravelmente no Brasil desde 1945, após a queda do Estado Novo, sendo este período o de construção e difusão inicial do trabalhismo que, entre 1945-1964, ocorreram por meio dos sindicatos e do PTB (Araujo, 1996, p. 26). Partindo de sua principal base

---

<sup>7</sup> Em exemplos de sua atuação neste primeiro momento como Constituinte estadual que serviu para consolidar as bases daquilo que, no futuro, tornar-se-iam as principais plataformas quanto este passou a ocupar cargos no executivo, e onde pleiteou mais vagas para o Colégio Júlio de Castilhos, solicitou maiores informações da Secretaria de Educação sobre o destino das verbas direcionadas àquela instituição e defendeu a adoção do ensino Universitário Gratuito. E como estudante, elucidativo foi o seu posicionamento diante da greve dos estudantes da Federação de Estudantes Universitários de Porto Alegre contra os proprietários de cinema que não adotaram o desconto de 50% nas entradas (Fernandes, 2013, p. 68).

operacional no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, liderado pelo ministro Alexandre Marcondes Filho, o trabalhismo como ideologia política pode ser identificado através de suas crenças e valores, de práticas festivas como a comemoração do Dia do Trabalho, com o seu vocabulário e atos comunicativos (Gomes, 2016, p. 304).

Portanto, o grau de representatividade e de êxito de uma série de valores, ideias, idiossincrasias e posicionamentos é proporcional ao nível de alcance que essas ideias chegam a amplos segmentos da sociedade. As crenças coletivas, os valores, as estigmatizações contra os adversários e os *slogans* são instrumentos apelativos de determinado segmento da sociedade que, a partir de tais princípios, não apenas consolidam uma cultura política específica, como principalmente sistematizam as ideias, imagens, conceitos e opiniões que são traduzidos em uma ideologia. Destarte, o trabalhismo cumpriu esse papel desde a Era Vargas, passando pelo PTB de 1945-1964, sobrevivendo no decorrer do Regime Ditatorial pós-1964 e prosseguindo desde a redemocratização com o PDT, de 1980 em diante com base nos valores do nacional-estatismo, da democracia popular, do anti-imperialismo, do reformismo e do *socialismo moreno* (Pinheiro, 2021, p. 37).

Por outro lado, esta mesma ideologia trabalhista nasceu arraigada à Getúlio Vargas, com a ideia de corresponder aos interesses dos trabalhadores por meio do acesso a uma legislação trabalhista, sindical e previdenciária. A partir de forte ligação com o Getulismo, podemos dizer que sua ideologia se vinculava ao nacionalismo, a partir de uma promessa por justiça social centrada nos direitos do trabalho, e pelo intervencionismo de um Estado autoritário e protetor, em que o seu líder encarnava

Uma ideologia, entendida como um conjunto de representações e visões de mundo, que conquistou parcelas significativas da sociedade, inclusive trabalhadores. Dessa forma, foi traduzida em práticas sociais, compatíveis com interesses daqueles que a adotaram, tornando-se uma cultura política (Macedo, 2012, p. 16).

O recorte iniciativo da ideologia, se concentra onde o trabalhismo entraria em reflexão por trabalhadores e lideranças políticas, refazendo contornos e criando novas possibilidades e sentidos<sup>8</sup>. Para observadores da tradição política, teria sido entre 1945-1964, período em que o trabalhismo se transformou em um instrumento de inclusão social e de alargamento da participação política eleitoral (Gomes, 2004, p. 306).

Em outro momento, após o refluxo com a repressão ditatorial, no fim dos anos 1960 e 1970, durante os anos 1980 em diante o trabalhismo assumiu a roupagem de socialismo moreno

---

<sup>8</sup> Dentro do ideário trabalhista há diferentes vertentes em sua trajetória. Mantendo o eixo caracterizado pelo nacional-estatismo e a democracia, segundo Gomes e Pinho, quatro são as possíveis leituras: o trabalhismo de Vargas, o trabalhismo doutrinário de Alberto Pasqualini, o trabalhismo reformista que se apoiava nas defesas das Reformas de Base e o trabalhismo brizolista (Gomes; Pinheiro, 2018, p. 108).

no Partido Democrático Trabalhista (PDT), após longa disputa pela legenda do PTB entre Ivete Vargas e Leonel Brizola. O Partido Democrático Trabalhista (PDT), que governava o Rio de Janeiro neste recorte da investigação de nossa pesquisa, foi fundado em Portugal no ano de 1979, por intelectuais e militantes trabalhistas brasileiros que estavam em exílio como era o caso do próprio Brizola, Miguel Arraes e Mário Soares (Gonçalves; Marques, 2016, p. 409). Buscavam a refundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que fora extinto em 1965 pelo Ato Institucional n.2, quando ficou estabelecido o bipartidarismo.

Como resultado da reunião de fundação, a Carta de Lisboa tornou-se o marco fundador do novo partido trabalhista, baseado em um modelo de “novo trabalhismo”, posteriormente chamado de socialismo moreno, “entendido como o caminho brasileiro para a fundação de uma ordem política socialista no Brasil” (Sento-Sé, 2004, p. 56). A carta apresenta os princípios programáticos do PDT e tornou-o, o único partido político brasileiro fundado no exílio, centrado na figura de Leonel de Moura Brizola. Os três pontos cruciais de base ideológica seriam: a carta testamento de Getúlio Vargas, a obra de Alberto Pasqualini e a Carta de Lisboa (Sento-Sé, 2002, p. 90).

A análise do trabalhismo é vinculada ao populismo por diferentes pensadores. Miguel Bodea, ao investigar o caso do PTB no Rio Grande do Sul, sustenta como base para concluir esta ligação, principalmente a trajetória na estrutura partidária, capacidade eleitoral, mobilização de votos, e, a posteriori, o carisma da liderança (Bodea, 1994, p. 194). E por mais que as colocações se aproximem, é preciso dizer, em um primeiro momento, que como o termo populismo é um vasto objeto de discussões, alguns autores acreditam que sua categorização é rodeada de imprecisão, nesta mesma linha há autores que veem no termo uma situação relevante e de recorrência na região, visto que dirigentes considerados populistas como Getúlio Vargas e Juan Perón foram alguns dos mais importantes em países da América Latina no século XX. Estes foram considerados fundamentais para a incorporação das classes populares à vida política institucional, como resultado de um intenso processo anterior de mobilização social, na consolidação do Estado Nacional e na ampliação de sua gravitação política (Villas, 1995, p. 19).

Dentro da historiografia tratada como referência sobre o populismo, Villas o divide em três momentos: na década de 1930 o analisa como um movimento progressista e de bases

populares; em um segundo, o conceito fora visto com um enfoque negativo, sendo vinculado à uma variante do fascismo; enquanto em 1960, se reapresenta com uma nova roupagem, como um fenômeno progressista. Por meio deste debate historiográfico, o autor compreende “o populismo como uma ideologia prática, propostas de ações concretas para superar problemas concretos que agravavam o dia a dia de gente comum” (Villas, 1995, p. 24).

No Brasil, para além de todo um debate forjado sobre o populismo, destacamos a análise de Jorge Ferreira (2001), o qual situa a trajetória populista como forma de caracterizar sua observação sobre a atuação do trabalhismo e a inserção de camadas menos favorecidas na ótica da política de governo. Analisando a possibilidade do apagamento do populismo trabalhista do cenário político ter sido uma das razões do golpe empresarial-militar ocorrido em 1964, discute-se a leitura pejorativa do trabalhismo, quando outros autores o rebatizam em populismo, o designando como o pior existente na cultura política, seja o clientelismo, demagogia ou corrupção, na tentativa de varrer o trabalhismo da história do país:

Constituiu-se no quadro do processo de urbanização e de industrialização, e se caracterizava por um programa nacionalista, estatista e popular. Autonomia no quadro das relações internacionais, com a definição do que então se chamava uma política externa independente. Estado intervencionista no campo econômico, regulador, desenvolvimentista. Redes de proteção para os trabalhadores: institutos de aposentadoria e pensões, sindicatos assistencialistas, justiça do trabalho, em cuja administração as lideranças sindicais participavam ativamente: uma cornucópia. Sem contar as empresas diretamente controladas pelo Estado, as estatais, com seus generosos planos de carreira, financiamentos específicos e proteção contra o desemprego. Às vésperas da instauração da ditadura, em março de 1964, adquirira já uma identidade relativamente consolidada, carreando, nos grandes centros urbanos, boa parte dos votos dos trabalhadores assalariados. E aparecia na liderança das lutas nacionalistas (contra o capital estrangeiro, por uma lei rigorosa sobre a remessa de lucros para o exterior, pela afirmação do poder e da cultura nacionais), pela distribuição de renda (aumentos salariais, reforma tributária) e de poder (voto para os analfabetos e para os graduados das forças armadas, controle sobre o poder econômico nas eleições etc.). As forças conservadoras entenderam que era necessário aproveitar o momento para destruí-la. Para tanto, todos os meios seriam válidos, inclusive o mais brutal — e o mais eficiente também: alcançar a identidade da malfadada tradição, apagando-lhe o nome, rebatizando-a. Foi assim que do trabalhismo se fez o populismo (Ferreira, 2001, p. 345).

Neste debate sobre o populismo, outro autor que amplifica a discussão e nos é interessante, é o teórico político argentino Ernesto Laclau. Sua forma de definição do populismo se relaciona com ideais trabalhistas, concluindo que ele

Consistirá, precisamente, em reunir o conjunto das interpelações que expressavam a oposição ao bloco de poder oligárquico: - democracia, industrialismo, anti-imperialismo; em condensa-las em um sujeito histórico, e em desenvolver seu antagonismo potencial,

confrontando-o com o próprio ponto que constituía o princípio de articulação do discurso: o liberalismo (Laclau, 1979, p. 194).

A partir de sua observação sobre o “populismo das classes dominadas”, o autor argumenta que o populismo representa, de certo modo, um avanço e não um atraso, no nível de consciência da classe operária. E este ponto ocorre principalmente na medida em que o populismo procura articular o discurso de classe com as interpelações popular-democráticas mais amplas do conjunto das classes subalternas. Podemos utilizar estes termos para analisar os mandatos Brizolistas, pensando que desde uma estrutura capitalista e democrático-burguesa,

Para os setores dominados, a luta ideológica consiste em expandir o antagonismo implícito nas interpelações democráticas e em articulá-lo ao próprio discurso de classe. A luta da classe operária por sua hegemonia consiste em alcançar o máximo possível de fusão entre a ideologia popular-democrática e a ideologia socialista. Neste sentido, um "populismo socialista" não é a forma mais atrasada de ideologia operária, mas sua forma mais avançada: o momento em que a classe operária consegue condensar em sua ideologia o conjunto da ideologia democrática em uma formação social determinada (Laclau, 1979, p. 180).

20

Nesta linha e a partir da discussão sobre o populismo e o trabalhismo, observamos o início dos mandatos de Leonel Brizola como governador no Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul nos períodos supracitados. Diante deste ponto, analisaremos sua política agrária a partir do Estado e a relação com movimentos sociais do campo.

### **A questão social e a política agrária dos dois primeiros anos de governo**

Retomando a trajetória do candidato trabalhista a partir do contexto das eleições para governador do Rio Grande do Sul, em 1958, na convenção do PTB realizada em outubro de 1957, Brizola foi indicado, por larga margem, para ser o candidato do partido ao governo. O pleito ocorreu em 03-10-1958. A campanha trabalhista apresentou um programa de governo em que defendia priorizar escolas, habitação, energia elétrica e preços justos aos produtores. Em outubro, derrotou Walter Barcelos, coronel da Brigada Militar, com 670 003 votos contra 500 944 (Silva, 2021, p. 334).

Brizola assumiu o governo do Rio Grande do Sul em janeiro de 1959. Nos dois primeiros anos deste governo pelo PTB, a educação foi uma de suas prioridades, com a formação da Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE) e a construção de Brizoletas por todo estado.

Projeto este que seria retomado no mandato do Rio de Janeiro. O Encampamento das companhias elétricas e de comunicação do estado, que eram de empresas estadunidenses intitulada como *International Telephone & Telegraph Corporation - IT&T* e *Bond & Share*, fora outra medida que ocorrera no início, dando o tom para o que seria seu governo (Silva, 2015, p. 84).

Além destas atribuições na área da educação e da energia elétrica e comunicação, como um primeiro sinal da política agrária de seu governo, foi criada a Comissão de Terras e Habitação (CETH) em 29 de fevereiro de 1960. De acordo com o decreto 11.201 de criação desta, a CETH teria como função promover “a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos” (Alves, 2010, p. 16). O órgão atuaria na linha da habitação popular e na questão fundiária em secretarias vinculadas, por um lado, à Secretaria de Trabalho e Habitação, seja de forma a realizar a escolha, aquisição e legalização dos terrenos onde seriam construídas as casas, com projetos de moradia, reforma, adaptação ou cobrança de prestações e dívidas porventura existentes, seja através da Secretaria de Agricultura, por meio da elaboração de planos gerais de colonização, pesquisa e aquisição de áreas destinadas à colonização, utilizando-se de meios de desapropriação e recebimento de glebas e entrega à beneficiários (Alves, 2010, p. 17).

21

O relatório de atuação da Comissão de Terras e Habitação que apresentava o balanço do ano de 1960, detalha sobre as primeiras iniciativas do estado na questão fundiária. Dentre estes primeiros passos, houve

A legalização de terrenos onde programas anteriores ligados à Secretaria de Obras Públicas tinham construído casas populares, a abertura de edital público para construção de 2000 mil casas, a captação de recursos para a conclusão de obras iniciadas em 1959 nos municípios de Alegrete e Itaqui, por razão das chuvas que deixaram parte da população local desalojada e auxílio à vilas operárias da cidade de Rio Grande por razão dos prejuízos provocados por um forte vendaval, a cobrança das prestações em atraso das casas construídas por meio de antigo programa da Secretaria de Obras Públicas e esses recursos provenientes desta cobranças seriam realocados em novos projetos da CETH e estava sendo finalizado um estudo para a construção de moradias populares em todo o estado por meio de parcerias do governo com as prefeituras. Ainda nessa direção, estava sendo levantada a possibilidade de se desenvolver um programa de financiamento para a casa própria daqueles que já possuíam o terreno, mas não tinham condições de construir a moradia (Relatório da CETH, 1960 *apud* Alves, 2010, p. 17-18).

O relatório também traz informações pertinentes sobre as primeiras iniciativas do governo na aquisição de terras para agricultores e suas organizações. O documento apresenta informações

sobre a compra de 572 hectares e estudava outras possibilidades de aquisição através de investigações da comissão.

Neste período, do ano de 1960, ocorreu a fundação do MASTER, o Movimento dos Trabalhadores Agrícolas Sem-Terra, surgido a partir de uma tentativa de um proprietário de terras para retomar uma área de 1800 hectares, situada no município de Encruzilhada do Sul, que por 50 anos esteve em poder de 300 famílias de posseiros. Apoiado pelo prefeito Milton Serra Rodrigues, do PTB, o movimento se dispôs a lutar pelo direito de permanência e com sua iniciativa, foi fundado o primeiro núcleo do Master na cidade de Encruzilhada do Sul, contando com a participação de Paulo Schilling, que era, na época, superintendente da fronteira do sul; e de Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB. Esse primeiro momento de formação do Master, transcorreu entre junho de 1960 e janeiro de 1962, quando o movimento se caracterizou por organizações de sem-terra nos municípios, e de uma associação estadual (Eckert, 2009, p. 73-74).

Outra documentação levantada por Alves em sua investigação acerca da política agrária de Leonel Brizola, e apresentada pela Comissão de Terras e Habitação em 1961, é referente ao trabalho de levantamento da situação fundiária do Rio Grande do Sul. Este trabalho permitiu que fosse desenhado um mapa do latifúndio de todo o estado. Intitulado “*Relação de Proprietários Rurais com áreas superiores a 2.500 hectares*”

Representa o resultado do trabalho realizado em 71 municípios do estado – representando quase 50% de todos os existentes na época no Rio Grande do Sul –, onde foram mapeadas todas as propriedades de cada um desses municípios que ultrapassassem 2.500 hectares de terra. Foram contabilizadas 863 propriedades nessa condição nas cidades pesquisadas. O documento trazia o nome da cidade, abaixo dela a lista com o nome de todos os proprietários, fossem pessoas físicas ou jurídicas, com o tamanho total da propriedade ao lado de cada nome. Para finalizar, foi realizado um cruzamento dos nomes de proprietários das diferentes cidades a fim de buscar aqueles que tinham mais de uma propriedade que ultrapassasse aquele mesmo limite de 2.500 hectares. Esse último trabalho se converteu em uma lista de 47 nomes que traziam números que dimensionavam a presença do latifúndio no estado (Alves, 2010, p. 20).

Como aprofundamento e discussão desses dois relatórios, foi criado, no dia 7 de agosto de 1961, o Grupo de Trabalho-14 (GT-14) que objetivava proceder estudos e sugerir medidas, objetivando uma ação concreta do poder público estadual no setor agrário, inclusive a realização de planos de colonização. Igualmente deverá o Grupo de Trabalho sugerir medidas de igual natureza que devam ser pleiteadas junto ao Governo Federal. Este grupo de trabalho fora a última

iniciativa antes da criação em 14 de novembro de 1961 do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA).

No Rio de Janeiro, em um cenário diferente, em 1982 ocorreu a primeira eleição direta para governador. Em plena ditadura empresarial-militar, após vinte anos sem eleições diretas para governador, o pedetista Leonel de Moura Brizola (1983-1987) fora eleito para este cargo a partir de uma proposta trabalhista, discurso social-democrata e com seu passado político ligado a questão agrária brasileira.

Iniciado seu governo em março de 1983, nos seus dez primeiros meses os conflitos fundiários urbanos e rurais foram encaminhados, de forma mais ou menos articulada, principalmente por três secretarias - SEJUI, SETH e SAA -, através das atribuições de cada pasta com programas emergenciais e inovações institucionais. Dentre estas, destacamos a criação do Grupo de Trabalho para Assuntos Fundiários em maio de 1983, a partir da SAA, para atuar especificamente em conflitos fundiários rurais.

Sua primeira experiência como governador, com relação ao tema das ocupações, deu-se em agosto de 1983, quando 72 famílias mobilizadas pelo Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) e pela Comissão Pastoral da Terra/RJ (CPT/RJ) ocuparam, em Duque de Caxias, um imóvel de empresa falimentar. Em março de 1984, por decisão pessoal do governador, o reassentamento foi autorizado. A ocupação de Campo Alegre foi um marco para o processo de luta pela terra no estado. Situada entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados, e iniciada em janeiro de 1984, a ocupação feita por etapas, por meio de mutirões devido ao território extenso de 3.500 hectares, contou com mais de 600 famílias e com a organização a cargo do NAF e da CPT/RJ<sup>9</sup>. Este foi um dos primeiros estados a ter uma regional da CPT, que atuava junto às famílias desde o período da mobilização até a garantia da terra, efetivada a desapropriação. Diversas famílias que estavam na ocupação do Parque Estoril participaram deste caso (Ernandez, 2010, p. 201).

Após cinco meses desde o início do movimento, o governo decretou a utilidade pública do imóvel para fins de desapropriação. Tomando medidas legais e técnicas, visando o desenvolvimento agrícola do assentamento, como a demarcação e distribuição dos lotes, e a

---

<sup>9</sup> Em entrevista no livro, é relatado ao autor por Dona Isabel que soube da ocupação reivindicatória de Campo Alegre por um colega de feira, que ao se referir a atividade, comentou da possibilidade de ir ao “Mutirão do Brizola” buscando sua terra e acreditando que Brizola estaria “dando terra” na região (Ernandez, 2010, p. 198-199).

indenização das benfeitorias dos grileiros, elaborou um Plano Emergencial para a safra 1984-1985, com fornecimento de insumos e equipamentos. Após esse momento, o governo deu início a criação da Comissão de Assuntos Fundiários (CAF) em 1 de novembro de 1983. Na CAF,

Destacam-se entre seus objetivos: arrecadar as terras devolutas estaduais, legitimar as posses existentes na área discriminada, assentar trabalhadores rurais nas terras arrecadadas e manter famílias nas terras, quer as que se destinassem para moradia quer as que se voltassem para atividade produtiva (Novicki, 1994, p. 73).

### **Os dois últimos anos de mandato e as relações com os movimentos sociais**

Com a pressão destas ocupações organizadas pelo MASTER, o governo criou o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) em 14 de novembro de 1961, e a Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais (CRALE), que foram fundamentais para iniciar os projetos de redistribuição de terra, colonização e assentamentos. Os principais objetivos do IGRA consistiam em

Estudar e sugerir ao Governo, projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra; Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem-terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo; Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores, evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio; Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção; Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado (Alves, 2010, p. 22).

24

Na criação do IGRA é possível localizar a ordem de entrada em imediato funcionamento de outro órgão que atuaria em conjunto, a Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais (CRALE). Esta teria, entre suas principais funções

Cadastrar os agricultores sem terra ou com terra insuficiente (minifúndios) e seus familiares; Inventariar as terras do Estado, ocupadas ou não por terceiros; Incentivar a criação e auxiliar a manutenção de associações de agricultores com ou sem terra, sindicatos rurais e associações de desempregados (Alves, 2010, p. 23).

Os anos de 1962 e 1963 foram movimentados no que tange a questão agrária no Rio Grande do Sul, especialmente com a atuação de movimentos sociais e do governo Brizola. Entre esse período, houveram 33 diferentes mobilizações que se relacionam com a pressão por desapropriação de determinadas propriedades até a organização de acampamentos de sem-terra

(Eckert, 1984, p.233-234). Nesses anos, houve a efervescência do MASTER, que já em sua segunda fase, intensificou as ocupações a partir de 1962, como a ocupação da fazenda Sarandi e a do Banhado do Colégio, tendo estreita ligação com Leonel Brizola. Por outro lado, a Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL) se incomodou com a questão agrária na região e em determinado momento radicalizou suas atividades de enfrentamento, buscando denunciar o governo Brizola para o governo federal e as Forças Armadas (Silva, 2015, p. 172).

Uma das mais famosas ocupações de terra no governo Brizola foi iniciada em janeiro de 1962, com o acampamento Capão da Cascavel na Fazenda Sarandi (Carini; Tedesco, 2021, p. 275). Esta ficava situada no município de mesmo nome, localizando-se a aproximadamente 350 km da capital do estado, e tendo área total de 24.304 hectares. No dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assinou a desapropriação da fazenda. A rapidez com que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado por ele se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras (Alves, 2010, p. 33).

Poucos dias depois, um evento muito semelhante ao ocorrido em Sarandi, ganhou força no município de Camaquã. Um grupo de colonos sem-terra teria se organizado e, sob a liderança de um homem chamado Epaminondas Silveira, teria ocupado uma área de mais de 20 mil hectares conhecida como Banhado do Colégio, no dia 23 de janeiro de 1962. E no dia 28 o próprio governador foi ao acampamento, e, por fim, no dia 30 do mesmo mês, Brizola decretou a área como sendo de utilidade pública para imissão imediata de posse de quase 20 mil hectares de terras do banhado (Alves, 2010, p. 45). Como resultado destas proposições do governo, entre os anos de 1959-1961 foram emitidos 8.566 títulos de terra para pequenos agricultores, enquanto nos dois últimos anos de governo, emitiu-se mais de 6 mil títulos de terra, totalizando mais de 15 mil lotes legalizados, segundo Paulo Schmidt (Alves, 2010, p. 73).

Com o fim do governo Brizola, no governo entre 1963-1966 de Ildo Meneghetti, uma contra reforma agrária ocorreu a partir deste governante que representava os grandes latifundiários conservadores. Neste governo, com a descaracterização do IGRA, os acampamentos passaram a ser vistos como casos de polícia. A política agrária do estado não mais

dialogou com os movimentos sociais do campo, atuando à serviço da ordem conservadora, principalmente ao se aproximar da FARSUL (Rebello, 2014, p. 93).

No Rio de Janeiro, além dessa experiência inicial comentada, o governo criou, em maio de 1986, uma política agrária para o Estado através de um órgão específico, a Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos (SEAF), o que, até então, não existia<sup>10</sup>. O órgão visava resolver a "necessidade imperiosa de promover maior grau de descentralização na administração superior do Estado, com o propósito de ajustá-lo às prioridades do Governo" (Relatório da ERJ, 1986 *apud* Novicki, 1992, p. 120). A SEAF teria competência para promover assentamentos urbanos e rurais, regularização fundiária e medidas judiciais, visando a solução de conflitos fundiários, bem como as seguintes atribuições: "estimular a utilização racional e produtiva das pequenas e médias propriedades; apoiar o desenvolvimento, implantação e funcionamento de cooperativas; promover e apoiar a comercialização dos produtos finais" (Relatório da ERJ, 1986 *apud* Novicki, 1992, p. 120).

O encaminhamento da política fundiária do governo Brizola, após a criação da CAF, caracterizou-se por dois momentos distintos, referidos à existência ou não de infraestrutura no órgão de terras, aos quais corresponderam diferentes métodos de atuação face às formas de luta e demandas específicas dos assentamentos rurais. No primeiro momento, no qual o Estado relacionou-se com o pique da mobilização popular na luta por terra (1984/85) através de um aparato fundiário sem infraestrutura administrativa adequada. Neste período que forma postas em prática as primeiras intervenções do governo, quer em relação às ações dos movimentos de luta pela terra, quer por sua iniciativa, as quais resultaram no acúmulo de experiências para o estabelecimento de procedimentos de rotina no enfrentamento dos conflitos fundiários.

Ao considerarmos que foi no decorrer dos anos de 1984 e 1985 em que se concentrou a maior parte dos conflitos de luta pela terra para "uso urbano, rural e misto", ocorridos durante o

---

<sup>10</sup> Paulo Alberto Schmidt, primeiro presidente do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), criado por Brizola quando governou o Rio Grande do Sul e, em seguida, responsável pelo Departamento de Colonização e Migrações Internas (DECOMI) da SUPRA, criada por João Goulart, se transferiu do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro em convite feito por Brizola para ser o primeiro Secretário de Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro. Durante os oito meses em que esteve à frente da SEAF, Paulo Schmidt concentrou sua atenção na consolidação e desenvolvimento agrícola dos assentamentos decorrentes da ação dos movimentos de ocupação.

governo Brizola, e que este mesmo período correspondeu à fase em que a Secretaria-Executiva da CAF não possuía infraestrutura de apoio para desenvolver suas atividades, é facilmente compreensível a classificação da sua atuação, feita por seus assessores, como "política de apagar incêndios". Três fatores foram determinantes para isso

O primeiro diz respeito às limitações legais impostas pela Constituição Federal aos governos estaduais para resolução de suas questões fundiárias, principalmente quanto à impossibilidade de desapropriar terras por interesse social para fins de Reforma Agrária. Segundo, a maneira como a questão estava sendo concebida (política de segurança pública) associada à falta de uma política fundiária clara, que orientasse a atuação da Secretaria Executiva da CAF, dado que suas atribuições restringiam-se apenas a orientações gerais, sem a articulação entre as políticas agrícola e fundiária. Terceiro, as limitações da Secretaria Executiva da CAF, especialmente quanto a recursos humanos, que não propiciaram condições para a pesquisa, orientação das famílias envolvidas e utilização pelo Estado dos possíveis instrumentos legais visando a manutenção na terra frente à ameaça de ações judiciais de despejo (Novicki, 1992, p. 96).

Podemos dizer que o primeiro contato do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)<sup>11</sup> com o Rio de Janeiro, foi a partir do movimento de ocupação de terras em Nova Iguaçu, denominado Campo Alegre, que ocorreu durante o governo Brizola. A relação de Brizola aqui com os movimentos sociais era vista de forma estreita. Os movimentos sociais e suas direções como o MST e a Comissão Pastoral da Terra do Rio de Janeiro, compreendiam que o governo cooptava e esvaziava os movimentos, porém na disputa interna, esta narrativa se reverberava pouco, já que os assentados se interessavam pela atuação com a política agrária brizolista e os órgãos designados (Novicki, 1994, p. 77).

Neste mesmo período, ocorreram outras tentativas de ocupações no estado, como em Magé, Cachoeiras de Macacu e São José da Boa Morte, o que mostra como efervesciam os conflitos agrários na região fluminense, sendo Campo Alegre o catalisador deste potencial que desencadeou diversas atividades. Logo, no ano seguinte, de 1985, houve também a ocupação da Fazenda Boa Esperança, em Nova Iguaçu, a que deu origem ao Mutirão Guandu.

---

<sup>11</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundado em janeiro de 1984. O I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido entre os dias 20 e 22 de janeiro, em Cascavel (PR), que selou a organização do movimento contou com a participação de 92 participantes de delegações de 12 estados do Brasil: Roraima, Acre, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul e Bahia. Neste encontro, foram definidos alguns princípios do movimento: a luta por uma reforma agrária; lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo; integrar a categoria do sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários, etc; a terra para quem nela trabalha e vive; unir-se na luta pela conquista da terra; articular as nossas lutas; organizar o movimento onde não existe; promover encontros e trocas de experiências; envolver os sindicatos na nossa luta; sensibilizar a opinião pública para nossos direitos; articular a luta do campo com a da cidade; estar solidário com a luta dos índios (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1984, p. 14-15).

No fim, podemos concluir acerca das ações da SEAF, que consistiram na consolidação e desenvolvimento agrícola dos assentamentos, criando uma nova regulamentação da lei de discriminação de terras devolutas, e também na regularização fundiária, por intermédio do Termo de Cessão de Uso. O instrumento identificado e utilizado maciçamente foi a decretação de desapropriações, e dos 57 conflitos de luta pela terra ocorridos que envolveram comunidades, e o governo Brizola em plena ditadura empresarial-militar decretou como de utilidade pública para fins de desapropriação para reforma agrária 11 áreas no Município do Rio de Janeiro e 10 na Região Metropolitana (Novicki, 1992, p. 69).

### **Considerações finais**

Buscamos aqui comparar esses dois momentos sem a pretensão de esgotar o tema para compreender como o trabalhismo encarou a política agrária em dois períodos da História do Brasil, isso através de dois partidos diferentes com a tradição política em comum. Assim, pudemos perceber de início e concluir que a tradição política buscou trazer a questão agrária para a órbita do estado pelo partido e governador, que a reconheceu como praticável politicamente a partir da instrumentalização de órgãos agrários com objetivos reformistas.

Neste sentido, o PTB e o PDT gaúcho, vistos como partidos de trabalhadores e, não obstante, a sua relativa inorganicidade e hibridez ideológica chegaria a gerar, em seu bojo, um trabalhismo popular e operário que se aproximava do modelo de "populismo das classes dominadas". Principalmente onde se relacionaria com os movimentos sociais e criaria órgãos que buscassem viabilizar propostas semelhantes à reforma agrária, a partir da criação do IGRA ou da SEAF, como analisados no texto.

Por fim, entendemos que o trabalhismo não deixa de evoluir na direção de uma síntese das interpelações popular-democráticas, gestadas na luta anti-oligárquica, com os movimentos sociais das camadas populares deflagrados no período posterior a 1945. Ele conquistará, rapidamente, o apoio majoritário das classes subalternas e, em particular no RS, da classe operária e do próprio movimento sindical; e, no Rio de Janeiro, de movimentos subalternos das camadas urbanas e rurais, viabilizando propostas que estivessem no trilho do nacionalismo e das reformas democráticas almejadas.

## Referências

ALVES, Bernard José Pereira. *A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

ANGELI, Douglas Souza; ALVES, Samuel da Silva. Alberto Pasqualini e Leonel Brizola: perfis distintos, trajetórias cruzadas, candidatos petebistas (1945-1958). In: GILL, Lorena; VARGAS, Jonas; DILLMANN, Mauro; GASPAROTTO, Alessandra; KOSCHIER, Paulo (orgs.). *Anais do IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades*. Pelotas, RS: Encontro Internacional Fronteiras e Identidades, 2018. Disponível em: <[https://www.academia.edu/39973439/Alberto\\_Pasqualini\\_e\\_Leonel\\_Brizola\\_perfis\\_distintos\\_trajet%C3%B3rias\\_cruzadas\\_candidatos\\_petebistas\\_1945\\_1958](https://www.academia.edu/39973439/Alberto_Pasqualini_e_Leonel_Brizola_perfis_distintos_trajet%C3%B3rias_cruzadas_candidatos_petebistas_1945_1958)>. Acesso em: 01/08/2022.

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

29

BARROS, José D' Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, v. 1, n. 1, jun 2007. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/144/136>. Acesso em: 25/02/2021.

BATISTELLA, Alessandro. O trabalhismo Getulista-reformista do antigo PTB e o “novo trabalhismo” do PDT: continuidades e descontinuidades. *Aedos*, v. 5, n. 12, p. 116-132, janeiro/julho 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/24608>>. Acesso em: 25/05/2022.

BENEVIDES, Maria Victória. *Udn e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 1980.

BISSIO, Beatriz. Brizola, um líder adiante de seu tempo. *Argumentos*, v. 19, n. 1, janeiro/junho 2022. Disponível em: <[www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/5133](http://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/5133)>. Acesso em: 01/08/2022.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1992.

BONES, Elmar; BRAGA, Kenny; DIONI, Cleber; SOUZA, João (orgs.). *Perfis Parlamentares – Leonel Brizola: Perfil, discursos e depoimentos (1922 – 2004)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

BRIGAGÃO, Clóvis; RIBEIRO, Trajano. *Brizola*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1984.

ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo; SIGAUD, Lygia. *Ocupações e acampamento: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Pernambuco)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista: A atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Jorge. (org.). *O Populismo e sua História: debate e crítica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. (org.). *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As “Brizoletas”: sentido, contexto histórico e contraste com o tempo presente. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, v. 4, n. 2, jul./dez. 2023. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdciv/article/view/78703/47614>> Acesso em: 07/09/2024.

GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia História*, n.28, p.39-54, dezembro 2002. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+28>>. Acesso em: 24/09/2022

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Jorge. Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação. *Locus: Revista de História*, v. 24, n. 2, p. 251-275,

julho/dezembro 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20880>>. Acesso em: 15/08/2022.

GOMES, Angela de Castro. Brizola e o Trabalhismo. *Anos 90*, v. 11, n. 19, p.11-20, 2004. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6349>>. Acesso em: 25/09/2022.

GOMES, Everton; PINHEIRO, Wendel. *A História de uma Juventude Trabalhista, Popular e Socialista*. Niteroi-RJ: Nitpress, 2016.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão; BRAUN, Samuel. Brizolismo e anti brizolismo: a disputa eleitoral no rio de janeiro em 1998. *Revista de História - UFBA*, v 9, p. 1-20, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/download/42637/25601>>. Acesso em: 30/05/2022.

MACEDO, Michelle Reis de. *Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)*. Tese (Doutorado em História). Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, 2012.

31

MARQUES, Teresa Cristina Schneider; GONÇALVES, Leandro Pereira. A fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) no exílio. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, v.16, n.3, p. 399-416, julho/ 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/civitas/a/DbTLqN7X9FTq58spQCK9npx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01/08/2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra: Documento Final*. Paraná, 1984. p.14-15.

NOVICKI, Victor de Araujo. *O Estado e a luta pela terra no primeiro Governo Brizola (1983-1989)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola). Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992.

PINHEIRO, Wendel. *Um tempo bem melhor pra se viver: trajetória histórica do trabalhismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2021.

REBELLO, Tiego Rocha. *Governo Ildo Meneghetti e a Reforma Agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora*. Dissertação (Mestrado em História),

Programa de Pós- Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

RIBEIRO, Bruno. *Carta de Lisboa: marco do Trabalhismo na redemocratização do Brasil*. Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini, Brasília, 16 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.pdt.org.br/index.php/carta-de-lisboa-marco-do-trabalhismo-na-redemocratizacao-do-brasil/>>. Acesso em: 05-02-2023.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *A roça y la campana: a questão agrária sob o Vargasismo e o Peronismo em perspectiva comparada*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SARTORI, Giovanni. *Partidos políticos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e do carisma*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

SENTO-SÉ, João Trajano. O discurso brizolista e a cultura política carioca. *Varia História*, n.28, dezembro 2002. Disponível em: < <http://www.variahistoria.org/edies/tag/Number+28>>. Acesso em: 09/08/2022.

SENTO-SÉ, João Trajano. As várias cores do socialismo moreno. *Anos 90*, v. 11, n. 19/20, p.49-76, janeiro/dezembro 2004. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6351>>. Acesso em: 25/05/2022.

SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa: o novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Marco Antônio Medeiros. *A última revolução: o governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, 1959-1963*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós- Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

SILVA, Roberto Bittencourt da. *Alberto Pasqualini: Trajetória Política e Pensamento Trabalhista*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, 2012.

SILVA, Roberto Bittencourt da. O PTB (1945-19964): suas tendências políticas internas e a hegemonia do diretório Sul-Riograndense. *Perseu*, n. 7, p.175-198, 2011. Disponível em: <

<https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/39>>. Acesso em: 09/08/2022.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. Movimentos de luta pela terra no norte do RS: o acampamento Capão da Cascavel na fazenda de Sarandi (1960/62). *História: Questões & Debates*, v. 69, n. 1, p. 272-301, fevereiro 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/64198/43113>>. Acesso em: 14/01/2023.

TORRES, Pedro Henrique. Populismos, relações de poder e cultura política na história do tempo presente: América Latina dos anos 30 aos dias de hoje. *Veredas da História*, v.4, n.2, p.204-215, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/download/48786/26495>>. Acesso em: 11/08/2022.

VILLAS, Carlos. *La Democratización Fundamental ó el Populismo em América Latina*. México: Siglo XXI, 1995.

**Artigos livres**

Recebido em: 16 jun. 2024.

Aprovado em: 07 set. 2024.

33